

# O "virtual" colapso das finanças públicas

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, costuma analisar com muito realismo a crise brasileira, identificando sua origem naquilo que chama de "virtual colapso das finanças públicas", especialmente do governo federal. Ele quer dizer que o Estado brasileiro gastou mais do que podia e do que devia, produzindo déficits crescentes. Os resultados dessa política, mantida até hoje, são a persistência da inflação crescente, que já atinge o índice mensal de 30% e coloca-nos à beira da hiperinflação, e o clima de incerteza em que vivemos.

Com base em números a respeito das receitas e despesas da União, o ministro situa a origem dessa crise em meados da década passada. Embora já longo, esse processo de deterioração das contas públicas nunca foi revertido; ao contrário, agravou-se a cada ano. Por isso, no momento em que o governo apressa a montagem do orçamento para 1990 com números minimamente confiáveis — o prazo constitucional para sua remessa ao Congresso termina na quinta-feira —, certamente o ministro está convencido de que o colapso das finanças públicas não é virtual, mas real.

Um retrato sem retoques da situação das contas do governo foi feito pelo consultor de empresas Antoninho Marmo Trevisan, em artigo que publicou na *Gazeta Mercantil*, com o título "A reforma tributária e o velho problema das fontes luminosas". "A falta de recursos na administração federal tem provocado substancial redução dos investimentos produtivos, mas nunca na folha de salários, e o que se vê neste ano de 1989 é que, em relação a 1988, a lei orçamentária exibe um declínio de 30% nos investimentos, enquanto a folha de salários cresce 13% real", diz Trevisan.

Isso quer dizer que a manutenção da máquina estatal vem pesando cada vez mais no bolso do contribuinte, sem que haja a necessária contrapartida, isto é, a ampliação ou a melhoria dos serviços prestados à população. Ao contrário, a progressiva redução dos investimentos aponta para a maior degradação e a redução desses serviços.

Quando elaborou o parecer no qual fundamentou seu substitutivo à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em junho, o deputado José Serra (PSDB-SP) mostrou que os gastos com pessoal ativo e inativo, inclusive pensionistas, da União representavam 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país na primeira metade da década passada. Esse número veio caindo até 1986, quando chegou a 3,1% do PIB; para retomar sua trajetória ascendente e atingir 4,6% do PIB este ano.

Não é de estranhar, portanto, que os gastos com pessoal venham consumindo parcelas cada vez maiores da receita tributária disponível da União. Há quinze ou vinte anos, o governo federal gastava com o item "pessoal" menos de 40% de sua receita disponível. Mesmo em 1986 o gasto era de 42,6%. Neste ano, entretanto, esse item consumirá 89,7% da receita disponível. Ou seja, de toda a receita de que dispõe, o governo federal vai gastar 90% com salários, encargos e benefícios do funcionalismo!

O orçamento para 1990 deverá prever o equivalente a 4,4% do PIB para essas despesas. É um número menor do que o de 1989, mas a queda é pouco expressiva e insuficiente para que a União recupere sua capacidade de investir. Com recursos próprios do Tesouro já está decidido que, no próximo ano, será impossível realizar qualquer investimento no sentido de recuperar, melhorar ou ampliar a infraestrutura de serviços do governo federal. Investimentos, se houver, serão custeados com a colocação de título de endividamento público.

A mesma situação, como aponta Antoninho Marmo Trevisan em seu artigo, ocorre com os investimentos das empresas estatais. Para o corrente exercício, as estatais apresentaram um programa de investimentos equivalente a 4,4% do PIB, mas as estimativas mais otimistas indicam a realização de investimentos de 2,78% do PIB. Não faz muito tempo, ainda nesta década (1981), as estatais investiam quase o dobro disso.

É diante desse quadro que Trevisan propõe "medidas fiscais duras", como o corte de incentivos fiscais, aumento de arrecadação, redução de gastos, colocação de títulos, privatização e captação de recursos pelas estatais diretamente no mercado financeiro. Ai estão, realmente, as opções possíveis para se buscar o equilíbrio das contas públicas.

Algumas dessas medidas já foram aceitas pelo governo, ainda que parcialmente, como no caso das privatizações e de redução de gastos (pela extinção de cargos públicos). Outras foram colocadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, como a redução dos incentivos fiscais, mas aguardam regulamentação. Outras ainda são determinadas pelo bom senso, pois a eliminação de um déficit como o da União exige uma combinação de ações tanto do lado das despesas como do das receitas.

Espera-se dos governantes — Executivo e Legislativo — coragem política para aprová-las e implementá-las. Mas que não se escolha o caminho fácil de aumentar impostos. Não poucas vezes tem sido dito que a carga tributária vem caindo, para em seguida se propor sua elevação, como ocorre agora com o Finsocial, cuja alíquota foi duplicada para "resolver" o problema da Previdência Social e pode ser duplicada novamente para "resolver" o mesmo problema.

A carga tributária já é alta demais. O que ocorre, na verdade, é que, da mesma forma que gasta mal, o Estado arrecada mal. O coordenador de Fiscalização da Secretaria da Receita Federal estima que, dos impostos devidos à União, 30% sejam sonegados. É mais uma demonstração da ineficiência de um Estado que necessita de reforma urgente.